

ENTREVISTA COM O PROF. DR. VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA



Líder do grupo de pesquisa registrado no CNPq “Arquivos e bibliotecas: apropriações teóricas e aplicações metodológicas”, o professor e historiador Vitor Manoel Marques da Fonseca tem sua trajetória profissional marcada por uma intensa atuação em arquivos e na Arquivologia, ministrando cursos e prestando assessorias no Brasil e no exterior, além de professor do magistério superior.

Formado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1979), mestre (1987) e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2007), realizou pós-doutorado no PPGHC UFRJ (2009-2011). Foi servidor do Arquivo Nacional por mais de 30 anos e, desde 2009, é professor da Universidade Federal Fluminense, vinculado ao Depto. de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Também possui experiência em diversos conselhos e comissões, como o Experts Groupon Archival Description, do Human Rights Working Group e da Programme Commission do International Council on Archives (Conselho Internacional de Arquivos). Foi ainda presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (Conselho Nacional de Arquivos); ex-membro, em nível nacional, regional e internacional do Programa Memória do Mundo (UNESCO); assessor regional do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo (MOWLAC) e membro de outros comitês editoriais.

A proposta da entrevista veio devido a sua experiência dentro do eixo História e Arquivologia, tanto nas atividades de participação como membro de diversos comitês político-técnico, assim como, de ensino e pesquisa na área temática do dossiê, de História e Patrimônio documental.

[Questão 01] Para começar, poderia falar um pouco sobre sua formação acadêmica e sua atuação profissional, chamando atenção para sua prática dentro das áreas da História e Arquivologia?

[Vitor] eu fiz graduação em História, na PUC-Rio, em 1979, e, em 1980, ingressei no mestrado em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Durante a graduação, tive oportunidade de estagiar no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), não na área de



arquivo, mas na área de documentação e dicionário, diretamente na produção do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC da FGV. Em 1981 houve a seleção para ingresso no Arquivo Nacional, que, através de um convênio do Ministério da Justiça com a Fundação Getúlio Vargas, contratou as pessoas para trabalhar no Arquivo Nacional. Tal convênio, tinha tudo a ver com a situação daquele momento, pois não havia a menor possibilidade de concurso e a Celina Vargas do Amaral Peixoto, presidente do Arquivo Nacional, que havia entrado em 1980, estava propondo fazer a modernização técnica e administrativa da instituição e precisava de gente.

Foi meu primeiro contato na área, na ocasião, fazia mestrado na área de Brasil República, período Vargas, mas fui trabalhar com a documentação colonial. Paralelamente dava aulas de História no Estado (SEDUC RJ). Fiquei assim, durante muitos anos.

Em 2009, prestei concurso para a UFF, como professor 20 horas. Em 2015, comecei a pensar na minha aposentadoria no Arquivo Nacional para ser docente 40h “DE” da Universidade. Já tinha feito, em 2007, doutorado em História, na UFF, e, em 2011, estágio de pós-doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[Questão 02] Qual o cargo que você ocupava no Arquivo Nacional quando você começou a participar dessas atividades internacionais? Na verdade, a intenção também de entender qual foi a sua trajetória de atuação mesmo de cargos dentro do Arquivo Nacional?

[Vitor] eu era um funcionário técnico e, com as mudanças administrativas ocorridas em 2003, passei para a denominação de especialista superior, uma categoria que engloba quem tivesse nível superior. Com exceção de um período de dois ou três meses, nunca tive qualquer cargo ou comissão no Arquivo Nacional, assim como nunca ganhei nada além do meu salário. Eu tinha as funções, mas nunca tive qualquer nomeação formal.

[Questão 03] Não sei se você ainda teria mais alguma coisa para falar a minha nesse aspecto, esses 35 anos de Arquivo Nacional.

[Vitor] Em 1987, participei da equipe que coordenou nacionalmente o Guia de Fontes para História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, que levantou mais de 1200 conjuntos em todo o Brasil. Depois, fiquei por um tempo na



coordenação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e voltei para trabalhar na área de documentos escritos com a documentação do Executivo. Durante algum tempo prestei assessoria, pelo Arquivo Nacional, ao Museu Nacional, para consolidação da seção de memória e arquivo da instituição, trabalhando fundamentalmente com arquivos privados que existiam no acervo, sendo o mais relevante o acervo Bertha Lutz, que foi perdido quando do incêndio em 2019. Por volta de 2006, comecei a ficar fundamentalmente no Arquivo Nacional, com a parte internacional, e com políticas de descrição. Comecei a ficar mais distante da documentação no meu dia a dia, do cotidiano de fazer arranjo, de produzir instrumento de pesquisa etc. Isso foi ficando menor, só não desapareceu de todo porque sempre tinha que ter contato com documentos para discutir as normas de descrição.

[Questão 04] Puxando um pouco e anotando aqui os cargos os convites que você recebeu ao longo do tempo, a participar de comitês, comissões e assim por diante, a próxima pergunta entra justamente nisso. Em sua trajetória profissional, observamos a participação em vários conselhos e comitês, como do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e do Comitê da UNESCO para o Programa Memória do Mundo, assim sendo, diante de toda essa experiência, poderia falar um pouco da importância de se participar de tais espaços de decisões políticas?

[Vitor] acho a pergunta boa, mas eu só queria fazer uma pequena distinção, quando a gente usa a palavra política, é bom ter claro do que a gente tá chamando de política. Eu sempre participei de coisas políticas, mas que são políticas técnicas, que é uma política que tem uma repercussão direta sobre aquilo que você faz. Por exemplo, definir uma norma de descrição, é, ao mesmo tempo, algo técnico, mas também algo político, porque vai ter repercussão.

Essas coisas têm enorme repercussão, a questão das normas, por exemplo, participar do debate da norma, significa participar de algo que vai influenciar diretamente seu trabalho, mas se você não participa, estará perdendo a oportunidade. Obviamente haverá influências, não as suas, se você não participar, mas de outros. Esse processo é de mão dupla, por que ao mesmo tempo em que você participa, você também aprendi milhões de coisas, e, portanto, muitas das vezes também reconsidera, você também deve estar aberto para, se o outro te mostrar uma outra visão, você mudar.



Acho fundamental, um processo de crescimento enorme, que, para mim, foi uma coisa que ajudou muitíssimo, a pensar, a aprender com o outro, a ver outras visões, coisas que não necessariamente estavam ligadas ao meu trabalho normal cotidiano que eu fazia, e que tive que lidar com outras coisas para fazer diferente.

[Questão 05] O senhor participa do CONARQ desde 1999, sendo Presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística, desde sua criação em 2001, assim sendo, poderia falar um pouco do que é o CONARQ, assim como da Câmara Técnica a qual é presidente, e qual a sua percepção da importância do Conselho nas deliberações políticas para as práticas arquivísticas no Brasil?

[Vitor] eu vou tentar, agora eu queria deixar bem claro o seguinte, eu não sou do CONARQ, principalmente agora, porque as câmaras técnicas foram extintas ano passado.

Eu acho que o Conselho é extremamente importante, por várias razões. Um conselho sempre é importante, porque ele é a perspectiva de você tomar atitudes democráticas, e atitudes democráticas também são mais facilmente implementadas.

No caso do Brasil, um conselho, tem uma importância específica bastante grande, pelas características do fato de sermos um país organizado com três poderes, e que também é federalista. Então, o que acontece na verdade, quando você pensa um conselho, você está pensando em alguma coisa nacional, ou seja, você tem uma questão que terá que ser discutida nos três poderes, Executivo, o Judiciário, e o Legislativo, em três níveis, federal, municipal e estadual. A participação de instituições privadas, como era possível no CONARQ que existia¹, dava-se por associação.

[Questão 06] Acerca da ação na Câmara Técnica especificamente? Como foi a sua participação? Qual era o objetivo da técnica?

[Vitor] A Câmara Técnica tinha o objetivo de criar normas nacionais. A gente tentou que houvesse uma participação grande, inclusive criar a figura do membro correspondente,

¹ O CONARQ foi extinto em 11 de abril, no decreto de 9759/2019, que foi responsável por extinguir e estabelecer diretrizes, regras e limitações para os colegiados da administração pública federal, sendo incluindo no conceito de colegiado: conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas, e qualquer outra denominação dada ao colegiado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm Acesso em: 18 de maio de 2020.



que podia não estar participando das reuniões, mas divulgaria, incentivaria e recolheria as propostas de sua região. Na época, isso não funcionou, nós não tínhamos os recursos que agora temos, por exemplo, reunindo por internet.

Durante muito tempo, houve um esforço grande, tanto para criar quanto para apresentar as normas. O Arquivo Nacional sustentou a ida de pessoas a encontros e congressos, sustentou fazer seminários específicos sobre as normas.

[Questão 07] Acerca da participação do senhor no Conselho Internacional de Arquivos (em inglês: *International Council of Archives - ICA*), desde 1996. Poderia falar um pouco sobre o que é qual a importância do Conselho? Quais foram as suas atuações e experiências nele?

[Vitor]O Conselho Internacional de Arquivos (CIA) foi criado em 1948, junto à UNESCO, no movimento que também criou o *International Council of Museums* (ICOM). A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) é anterior, mas, de qualquer forma, as três ficaram muito próximos da UNESCO, como um processo de você ter uma interlocução com a área profissional.

Durante muito tempo o CIA foi uma associação fundamentalmente de arquivos nacionais, quem tinha assento e quem tinha voto, eram os arquivos nacionais. Nos últimos anos você tem tido uma transformação nisso muito grande, o Conselho passou a aceitar e a dar direito de voto a outros arquivos, e até para pessoas.

O CIA sempre teve uma presença muito forte na questão da área técnica, foi ligado a ele que se começou a pensar em dicionários de terminologia, que se inaugurou trabalhos para criar diretrizes com relação à questão de normas de descrição, mas também de conservação e até de construção de prédios. Quer dizer, todas as discussões técnicas, sempre passaram pelo Conselho, além de questões políticas, porque o Conselho sempre teve uma perspectiva política técnica muito forte. O CIA tem a Declaração Universal dos Arquivos, que foi aprovada e assumida pela UNESCO. Tem uma série de documento sobre milhões de outras coisas, sobre acesso, sobre direitos humanos etc.

Saiu agora uma declaração extremamente interessante sobre arquivos e pandemia, que o Conselho assinou junto com outras instituições, chamando atenção da importância de se manter os registros das decisões tomadas nesse período e o acesso a essas informações. O Conselho é fundamental, entretanto, não resolve os problemas de cada país, é claro, os países fazem com o Conselho o que muitas vezes nós fazemos com



Conselho Nacional de Arquivos do Brasil, esperando que de lá saia a solução, financiamento etc., mas não é assim. O Conselho é uma associação privada, é independente da UNESCO, embora se relacione muito de perto com ela, pois é um interlocutor privilegiado com relação às questões relacionadas aos arquivos e patrimônio.

Ele depende de recursos que vem das cotas dos seus membros, e essas cotas, são sempre um problema, porque os critérios são gerais, podendo não se adequarem à situação de um arquivo específico.

Mas eu acho que associações internacionais são sempre extremamente relevantes, tanto o CIA como a ALA, que é a Associação Latino-americana de Arquivos, que congrega todos os países de origem Ibérica.

No caso do Brasil, boa parte do processo de modernização técnico-administrativa do Arquivo Nacional ocorreu graças ao Conselho Internacional. Era o CIA que estimulava a vinda de técnicos estrangeiros e, em alguns momentos bancou, em outros facilitou, a ida de técnicos brasileiros para estudar, fazer cursos etc.

Eu acho que o CIA é extremamente importante, a gente sempre pode discutir, como qualquer associação, determinadas decisões, encaminhamentos dados. A questão é, se a gente questiona de dentro, ou se a gente questiona de fora. Se você questiona de dentro, você vai lá, vai ter que enfrentar e discutir, dizer qual é o problema, e participar da solução do problema. A outra coisa é você simplesmente sair, não participar, se ausentar, deixar para lá. Por quê? Porque isso não resolve o problema e enfraquece a associação. Se você está lá, independentemente de você ter problemas, ter discussões, pontos de vista divergentes, você tem possibilidade de mudar a você e aos outros.

[Questão 08] Ainda sobre o Conselho Internacional de Arquivos, como ele atua no Brasil? E pensando inversamente, qual o papel e a relevância da participação do Brasil em suas ações? O senhor acredita que haja uma invisibilidade do papel do Conselho no cenário brasileiro?

[Vitor] A visibilidade é muito pequena. O fato de ser uma associação internacional, uma associação por adesão, que significa pagamento, pelo que eu saiba, nenhuma universidade brasileira é filiada – houve uma ocasião que o arquivo da UNIRIO participava, mas eu tenho impressão que isso se dava porque a diretora, Mariza Bottino, era membro, pagando. A Associação de Arquivistas de São Paulo talvez continue sendo, por muito



tempo foi, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi também por muito tempo. Acho que, hoje, poucas pessoas e poucas instituições são associadas.

A produção do CIA também tem impacto, não necessariamente acadêmico, mas é importante do ponto de vista político, por exemplo, o princípio de acesso aos arquivos, a orientação sobre o acesso à documentação, a própria declaração universal dos arquivos, mas muitas dessas coisas só chegaram, se chegaram, às pessoas por muito poucos veículos.

O Arquivo Nacional divulgou algumas dessas coisas, ou então, por exemplo, eu consegui publicar algumas dessas coisas na Revista Informação Arquivística. Como as nossas revistas também agora estão sendo forçadas a assumir uma perspectiva mais acadêmica, textos relevantes do ponto de vista da política técnica nem sempre despertam interesse para serem publicados. Não é só o material do CIA, por exemplo, saiu uma recomendação alguns anos atrás da UNESCO sobre patrimônio, e ela nunca foi publicada em português. Meu propósito é traduzir, mas mesmo que traduza, terei muita dificuldade em publicar. Não é tão simples, porque como as revistas são voltadas fundamentalmente para a produção acadêmica, quando você tem algum tipo de material assim ele não é fácil de ser publicado, embora seja importante para fundamentar discussões acadêmicas, pois revela a forma de pensar de um determinado grupo sobre aquela questão.

[Questão 09] Tendo como temática do dossiê “História e patrimônio documental”, não poderíamos deixar de ressaltar a importância do Programa Memória do Mundo, da UNESCO, do qual você faz parte desde 2009. Qual o objetivo do Programa e quais foram as suas atuações dentro do mesmo?

[Vitor] Posso explicar como funciona. Antes, é preciso ressaltar que o Programa não acabou, o que aconteceu é que não está recebendo propostas de nomeação, o Programa continua fazendo coisas. As nomeações não estão sendo realizadas porque houve uma suspensão, na medida que em que se decidiu discutir as bases do Programa, dado fato que ele ganhou uma conotação política muito forte, e essa conotação política começou a trazer embaraços e problemas entre países membros da UNESCO.

O Programa funciona como uma vitrine, onde os acervos nominados são na verdade exemplos relevantes da memória e patrimônio da humanidade. O Programa nunca quis dar conta de todo patrimônio do mundo, porque isso é extremamente complicado do ponto de vista do contexto, até do conhecimento. Então, o que se quis



fazer é o seguinte, a gente precisa conscientizar as pessoas da importância do patrimônio, a importância da preservação desse patrimônio, a importância desses patrimônios serem acessíveis, e como é que a gente faz isso? A gente chama atenção para ele, nomina como memória do mundo, a partir de determinados critérios, e a partir disso, é feito todo um trabalho de conscientização da relevância do patrimônio, muito além daquele conjunto, que está sendo nominado. A gente faz isso com alguns conjuntos documentais, e conjuntos podem ser grandes, uma coleção bibliográfica, um fundo, pode ser até um documento conjunto pode também ser unitário. Ao chamar a atenção para alguns conjuntos, afirma-se a importância de todos.

Esse é um processo livre, qualquer pessoa pode propor um arquivo para nomeação, inclusive, as diretrizes mais gerais dizem que você nem precisa ser o proprietário, embora, no caso do Brasil, a gente buscasse a participação do proprietário – ele quer que o acervo seja considerando Memória do Mundo, ele é favorável a isso, ele está disponível a isso? E há uma extensa lista de critérios e argumentações que a pessoa tem que responder e argumentar, em defesa do acervo que ela está propondo. Então, a proposta é submetida a pessoas especializadas na área e que irão avaliar se essa nomeação reúne as condições para ganhar esse reconhecimento mundial.

Obviamente que a relevância do acervo é o critério mais importante, mas uma coisa fundamental é a maneira como, quem está propondo a nomeação, a defende. Se a pessoa faz uma boa defesa, se reúne os elementos corretos, se ela comprova as afirmações que ela faz, é mais fácil para os avaliadores exercerem a sua função. No caso do Brasil, só passavam até 10 arquivos por ano, o caso do MoWLAC (Comitê Regional para a América Latina e Caribe) não tem limite, no MoW internacional, até dois por país, mas podem ser mais no caso denominações conjuntas – se Brasil e Portugal propõem um acervo para a Memória do Mundo, essa proposta não conta nas duas de Portugal nesmas duas do Brasil. O Brasil poderia oferecer 30, desde que só duas individuais.

[Questão 10] Ainda nesse assunto, duas questões. A primeira, então isso não tem nada a ver necessariamente se o acervo está organizado ou não para poder ser considerado memória do mundo. E a segunda questão, o senhor poderia dar um exemplo desses embaraços que foram acontecendo, do porquê da decisão de se repensar, um exemplo prático, de situação que foi criada em função disso?



[Vitor] Você tem razão, não é obrigatório estar organizado, agora, é óbvio que um acervo organizado há mais facilidade de mostrar a importância dele. Você tem mais controle do que tem lá dentro. Se seu acervo for completamente desorganizado, a tendência é que as suas afirmações sejam vagas, e a comprovação daquilo que você está dizendo, portanto, seria um problema. Mas de fato, sua organização não é uma condição *sine qua non*.

Acerca da segunda questão, recentemente ocorreram três casos, pelo menos, bastante complicados. Um caso que nem chegou a ser aceita a proposta, foi a candidatura de uma coleção de pôster relacionados à luta da Palestina, que sofreu uma série de críticas por Israel. Outro problema foi a nomeação do diário de Che Guevara, que sofreu fortes críticas por parte dos Estados Unidos, inclusive, voltou-se a falar disso quando os Estados Unidos se retirou da UNESCO. O problema mais forte, que é o insolúvel até agora, e não sei como anda, é o da documentação das chamadas “mulheres de conforto” (em inglês: *comfort women*), que eram, principalmente, chinesas e coreanas obrigadas pelos japoneses a prestarem serviços sexuais durante a Segunda Guerra Mundial. O Japão fez uma forte oposição a nomeação.

Uma observação rápida, acontece que a apreciação não é política, é técnica. Então, serão examinadas as argumentações e as fontes, se estas fontes indicam o que está sendo defendido, e se isso tem a ver com a história da humanidade. Analisa-se conjuntos documentais, e o que a gente verifica, se as fontes existem, se são autênticas, se as informações são comprovadas, se aquilo tem repercussão etc.

[Questão 11] Atualmente, o senhor, em conjunto do professor Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio, é um dos líderes do Grupo de Pesquisa do CNPq “Arquivos e bibliotecas: apropriações teóricas e aplicações metodológicas”, que têm como uma das temáticas envolvendo a História e a Arquivologia. Poderia falar um pouco sobre o grupo de pesquisa e seus desafios para se manter? E existe nele, alguma linha de estudo numa perspectiva de História das instituições, acervos e práticas?

[Vitor] A proposta do grupo é exatamente essa, de uma história das instituições, dos acervos e das práticas. Quando o grupo surgiu, tinha muito pouco estudo sobre a história das instituições e a história das práticas arquivísticas no país, e obviamente, nenhuma área pode prescindir de estudar a própria área, em saber como é que ela se forma, como é que ela se organiza, como é que ela trabalha em suas funções e suas atividades mais específicas.



Então, era essa a resposta que diria para você, hoje ainda não há tanto trabalhos nessa área, todavia, temos visto um crescimento paulatino, a própria Renata Barbatho, fez uma tese pegando um período da história do Arquivo Nacional, tem outras pessoas fazendo trabalhos, a Revista de História da ANPUH teve um número especial dedicado a isso, e agora vai ter um número da Revista Acervo, do Arquivo Nacional. Trata-se de uma empresa difícil, por vários motivos.

A própria área, por exemplo, está tão envolvida com os acervos que ela trata, que não consegue devotar uma atenção merecida para ela própria, as pessoas estão mais fazendo trabalhos com relação aos acervos existentes, do que realmente pensando suas atividades. As próprias fontes para trabalho com a instituição são muitas vezes menosprezadas – não tenho base científica para afirmar, mas eu diria, a partir de uma observação empírica, que a maior parte dos arquivos públicos não tem os seus próprios arquivos organizados, não pensam os arquivos deles próprios como arquivos que estão sob suas responsabilidades.

As fontes são poucas, as próprias coleções bibliográficas, se for procurar determinadas obras que foram muito importantes na área de arquivos, são difíceis de encontrar. Você vai procurar as publicações da área dos arquivos e não vai ter muito material, até mesmo porque muitas dessas publicações eram muito simples, sem pretensão de perpetuidade, eram trabalhos para serem usados ali, naquele momento, para fundamentar um curso, basear uma formação.

[Questão 12] Não faz muito tempo a Arquivologia era vista como uma disciplina auxiliar da História, todavia, hoje, é possível observar uma aproximação das duas áreas de forma interdisciplinar, inclusive com temáticas comuns, a título de exemplo, a História das instituições, acervos e práticas em arquivos. Enquanto historiador e atuante há anos no campo arquivístico, o senhor concorda com tal visão acerca dessa dinâmica histórica entre as duas áreas? E podemos identificar a temática exemplificada acima como sendo um desses elos de ligação entre as duas áreas? Podemos identificar outras características dessa relação hoje?

[Vitor] Obviamente há um elo das duas áreas. Eu queria fazer uma observação antes. Antigamente, não na minha graduação, quando se falava em ciências auxiliares, mas em tempos anteriores, e ainda havia alguns ecos, falava-se em ciências ancilares. Ancilares, vem do latim *ancila*, que é criada, empregada, com uma evidente conotação de



subordinação. Essa perspectiva foi muito ruim, e é uma perspectiva também muito falsa, porque todos são auxiliares, dependendo da perspectiva. Se eu estou estudando a questão da evolução das pandemias no Brasil, e se estou analisando isso do ponto de vista da saúde pública, por exemplo, se eu quero entender o processo de crescimento e contaminação, terei que recorrer à História. Neste caso, a História será auxiliar, mas não que seja menor do que a Saúde Pública, assim como, na História, quem estuda a revolta da vacina, precisará de informações da área de Medicina, e nesse sentido, a Medicina é auxiliar à minha pesquisa.

Então, essa perspectiva do auxílio, ela existe sempre e é absolutamente comum e normal – no conhecimento, sempre se somam informações que vêm de diferentes maneiras, inclusive vêm, e têm de vir, de outras áreas de conhecimento que também estudaram os mesmos fenômenos. Por isso que se fazem estudos interdisciplinares, multidisciplinares ou qualquer coisa semelhante, mas o que quero dizer enfim, em que há um concurso de especialista de diversas áreas, porque elas vão ajudar a entender um determinado fenômeno e a pensar isso.

Quando eu fiz graduação na década de 1970, alguns diziam que a História era a rainha das ciências. Na realidade, havia toda uma discussão se a História era ciência, uma discussão terrível, todo ano você tinha a semana dos estudantes que começava sempre com uma palestra sobre se a História era ou não uma ciência, era um debate que estava sempre presente. Mas por outro lado, havia a visão de que a História era a rainha das ciências, por quê? Porque, quando você trabalha com qualquer coisa, você precisa, em algum nível, trabalhar com a perspectiva histórica, o tempo está ali, não tem se escapar do tempo. Isso tem muito a ver com arquivo também. As pessoas que estão fazendo estudos, os mais sofisticados, sobre as coisas mais modernas, de ponta, não dispensam os arquivos, nem que sejam os delas, dos seus grupos, e elas não podem abrir mão da visão histórica, no sentido de como é que o processo sobre aquele fenômeno está evoluindo.

A Arquivologia não deve se considerar menor, nem nenhuma outra área deve se considerar maior, as áreas têm de trabalhar juntas, dada a impossibilidade do conhecimento total.

[Questão 13] Fazendo uma aproximação da linha temática do dossiê da Revista, com o seu interesse acadêmico acerca do tema da História das instituições, acervos e práticas, como o senhor observa o desenvolvido desta temática nos últimos anos? Podemos identificar um amadurecimento da mesma, seja na Arquivologia quanto



na História? Acha que há já espaços consolidados de debate nas áreas acerca do assunto? Quais seriam os espaços?

[Vitor] Eu não sei se eu poderia dizer se há um espaço amadurecido, quando se fala isso é um processo, é uma avaliação, e uma avaliação sobre o passado, e no meu caso inclusive, incompleto, porque eu tenho a visão específica. Estamos falando muito de patrimônio, muito de patrimônio documental, e eu ainda teria mais para você, patrimônio documental arquivístico. Se formos falar de patrimônio documental, por exemplo, bibliográfico, museológico, eu tenho menos informação, se formos falar em patrimônio imaterial, menos ainda. Acho difícil, eu não tenho como fazer uma avaliação, embora ache que, de fato, existe uma preocupação com o tema cada vez maior, as pessoas têm percebido sua importância, e várias coisas concorrem para isso.

Então, não saberei dizer se ela é mais difundida hoje do que era antes, se aumentou, se as pessoas têm isso mais claro. Não sei dizer, mas acho que um grupo muito grande de pessoas têm essa consciência da questão do patrimônio. Há problemas com a identificação do que é patrimônio, com a identificação do que é relevante, e isso é claro, é algo quase insolúvel, você não tem como garantir que todo mundo vá perceber da mesma maneira, e nem acho que isso deveria acontecer, mas acho que muita gente está preocupada com isso, porque, a ideia de perda é bastante evidente.

[Questão 14] Fizemos essa pergunta Vitor, pensando um pouco no Simpósio Nacional da ANPUH Brasil e na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ, que são os dois congressos com grande relevância nas duas áreas atualmente. Você acha que há nesses locais, espaços para o debate? A gente pode dizer que ele está consolidado?

[Vitor] Eu acho que são espaços em processo de amadurecimento e em graus diferentes. Agora, há de se observar que você está trabalhando com dois eventos bastante diferentes, inclusive na sua idade. A ANPUH tem uma dinâmica constante faz muitos anos, enquanto a REPARQ é um evento em processo de encontrar seu caminho, e que lida com a situação bastante específica da área, que está tendo uma presença maior na universidade nos últimos anos, mas que sempre teve uma presença muito mais forte entre os profissionais.

[Questão 15] Sendo a Revista Manduarisawa destinada ao público estudante de graduação e pós-graduação em História, assim como, em função da temática do



dossiê, se estendendo também aos alunos da Arquivologia e áreas afins, e diante da sua experiência nas duas áreas, o senhor poderia indicar alguma leitura para o aprofundamento no tema, assim como possíveis temáticas de pesquisa, tanto sobre História e patrimônio documental quanto sobre a História das Instituições, acervos e práticas, para aqueles que estão buscando temas para monografias e trabalhos de conclusão de curso?

[Vitor] Acho extremamente interessante você ter disciplinas relacionadas à memória e ao patrimônio na graduação e na pós-graduação. Acho que o envolvimento de alunos, principalmente os de graduação, com questões relacionadas à memória, são vitais, seja na Arquivologia, na História, em Ciências Sociais, e em outras áreas também. Programas de estágios que permitem trabalhar em instituições arquivísticas, lidar com acervos, realizar projetos, trabalhos relacionados à patrimônio, memória, história oral, história de bairros, profissões e atividades, cultura popular, todas essas coisas são extremamente relevantes.

Existe uma farta bibliografia sobre memória e patrimônio, muita coisa produzida em História, mas também muita coisa produzida em Antropologia, em Ciências Sociais. Teóricos extremamente importante para pensar memória e patrimônio, desde aqueles clássicos que a gente conhece, como Pierre Nora, Foucault, e nas revistas internacionais de arquivo também tem aparecidos textos extremamente interessantes. A gente no Brasil está contando com o esforço contínuo da UFMG, onde o Renato Venâncio tem uma participação na Editora, e tem publicado algumas obras extremamente relevantes e modernas sobre isso. Na própria UFF, a Margarete fez um trabalho extremamente interessante sobre a questão do arquivo e a custódia, que é realmente importante, relevante, e acho que você tem muita coisa que tem sido produzida nesse sentido. O importante é usar esse material e continuar pensando sobre a realidade, produzindo novas reflexões.

Entrevistadores:

Leandro Coelho de Aguiar (Faculdade de Informação da UFAM)

Renata Regina Gouvea Barbatho (Arquivo Nacional)

Data da Entrevista: 04 e 05 de maio de 2020.